AGRESTE SANEAMENTO S.A.

CNPJ: 15.401.489/0001-80

Balanço patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	7	15.064	12.147	Fornecedores e outras contas a pagar	10	3.623	3.874
Contas a receber e outros recebíveis	9	12.636	8.088	Fornecedores - risco sacado	10	35	127
Ativo financeiro	9	18.832	17.314	Empréstimos e financiamentos	11	9.242	9.849
Impostos e contribuições a recuperar		5.668	4.179	Passivo de arrendamento		359	302
Outros ativos		1.355	1.326	Obrigações fiscais	12	3.607	3.164
Total do ativo circulante		**53.555**	**43.054**	Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.667	1.728
Não circulante				Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	14 c	11.840	1.523
Realizável a longo prazo				Outras obrigações		1.478	1.878
Contas a receber e outros recebíveis	9	2.358	2.656	**Total do passivo circulante**		**31.851**	**22.445**
Ativo financeiro	9	334.262	324.635	**Não circulante**			
Depósitos bancários vinculados	8	5.110	5.716	Empréstimos e financiamentos	11	127.291	133.405
Impostos e contribuições a recuperar		6.926	6.122	Passivo de arrendamento		91	174
Outros ativos		1.589	1.201	Obrigações fiscais	12	33.035	31.905
Total do realizável a longo prazo		**350.245**	**340.330**	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	64.725	56.347
Imobilizado		672	699	Provisão para perdas com causas judiciais	13	40	30
Ativo de direito de uso		423	451	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		15.090	-
Intangível		7	3	Outras obrigações		155	-
Total do ativo não circulante		**351.347**	**341.483**	**Total do passivo não circulante**		**240.427**	**221.861**
				Total do passivo		**272.278**	**244.306**
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14 a	44.721	44.721
				Reservas de lucros	14 b	87.903	95.510
				Total do patrimônio líquido		**132.624**	**140.231**
Total do ativo		**404.902**	**384.537**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**404.902**	**384.537**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	3	79.179	107.320
Custo dos serviços prestados	4	(22.250)	(23.885)
Lucro bruto		**56.929**	**83.435**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	4	(8.576)	(8.311)
Outras receitas (despesas)		(16)	16
		(8.592)	(8.295)
Resultado antes do resultado financeiro, líquido		**48.337**	**75.140**
Receitas financeiras	5	2.258	1.957
Despesas financeiras	5	(14.619)	(15.177)
Resultado financeiro líquido		**(12.361)**	**(13.220)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**35.976**	**61.920**
Imposto de renda e contribuição social correntes	6	(798)	(378)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	(8.378)	(19.528)
Lucro líquido do exercício		**26.800**	**42.014**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**26.800**	**42.014**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**26.800**	**42.014**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**35.976**	**61.920**
Ajustes para:			
Provisão para perdas com causas judiciais	13	10	(226)
Depreciação e amortização		580	516
Baixa de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento		-	(68)
PIS e COFINS diferidos		1.290	4.521
Encargos e variações monetárias, líquidas		(41.072)	(74.046)
		(3.216)	**(7.383)**
Variações em:			
Aumento em contas a receber e outros recebíveis e ativo financeiro		(15.395)	(48.562)
Aumento em impostos e contribuições a recuperar		(2.292)	(1.978)
Aumento em outros ativos		(417)	(1.505)
Redução (aumento) em fornecedores e outras contas a pagar		(343)	402
Redução (aumento) em outras obrigações		(245)	693
Aumento em obrigações fiscais		283	219
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais		**(21.625)**	**(58.114)**
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis		54.812	88.945
Impostos de renda e contribuição social pagos		(859)	(378)
Juros pagos de empréstimos, debêntures e arrendamento		(12.170)	(12.807)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**20.158**	**17.646**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativo imobilizado		(121)	(336)
Depósitos bancários vinculados	8	1.341	(564)
Fluxo de caixa usado nas (proveniente das) atividades de investimentos		**1.220**	**(900)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos de financiamentos e arrendamentos		(9.461)	(8.940)
Dividendos e juros capital próprio pagos	14 c	(9.000)	(5.999)
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamentos		**(18.461)**	**(14.939)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**2.917**	**1.807**
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	7	12.147	10.340
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7	**15.064**	**12.147**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reservas: Legal	Incentivos fiscais	Reserva especial de dividendos	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022		**44.721**	**8.944**	**8.596**	**-**	**35.956**	**-**	**98.217**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	42.014	42.014
Constituição de reservas		-	-	983	21.007	20.024	(42.014)	-
Reclassificação entre reservas		-	-	2.432	-	(2.432)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**44.721**	**8.944**	**12.011**	**21.007**	**53.548**	**-**	**140.231**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	26.800	26.800
Constituição de reservas	14 b	-	-	2.780	-	10.620	(13.400)	-
Reclassificação entre reservas		-	-	3.537	-	(3.537)	-	-
Dividendos	14 c	-	-	-	(21.007)	-	(13.400)	(34.407)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14 a	**44.721**	**8.944**	**18.328**	**-**	**60.631**	**-**	**132.624**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

1. Informações sobre a Companhia - 1.1. Informações gerais: A Agreste Saneamento S.A. ("Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, localizada na cidade de Arapiraca - Alagoas, na Rua Antonio Estevão da Silva, 274. A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão pela Administração em 04 de abril de 2024. **1.2. Contexto operacional:** A Companhia foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada - PPP com a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL por meio de concessão administrativa, para construção, gestão, operação e manutenção do novo sistema adutor do Agreste, planejado para iniciar no município de Traipu/AL e terminar no município de Arapiraca/AL, bem como recuperar, gerir, operar e manter o sistema coletivo do Agreste existente e a realização de serviços complementares relativos à leitura de hidrômetros, fiscalização e cobrança da área da PPP. A operação da Companhia é regida pelos termos do Contrato de Concessão Administrativa nº 90/2012. O prazo do contrato de concessão é de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2042, quando os equipamentos utilizados na operação serão transferidos à Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL ao final do prazo da concessão, podendo ser prorrogado por decisão exclusiva da Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL, observando o limite de máximo de 35 (trinta e cinco) anos. **1.3. Continuidade operacional:** A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia, incluindo: crescimento contínuo das operações e melhoria na gestão de capital de giro. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que há recursos disponíveis para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis - 2.1. Base de elaboração: As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas. **2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** A Companhia avaliou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021) - estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substituiu o CPC 11 (IFRS 4) - Contratos de Seguro. Uma vez que a Companhia não emite ou emitiu contratos de seguro, nem detém contratos de resseguro, esta norma não é aplicável. • Definição de estimativas contábeis - Alterações ao IAS 8 - As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a definição de estimativas contábeis. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. • Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade - As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só. • Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Única Transação - Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro - As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. As alterações trazidas acima não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Sem definição
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01/01/2024

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 9 - Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Na data de relatório, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. • Nota explicativa nº 13 - Provisões para perdas com causas judiciais. A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Receita operacional líquida - 3.1. Política contábil: A Companhia possui um único contrato de concessão junto à Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, o qual foi dividido entre serviços de construção e serviços de operação. a) Receita de construção: A Companhia reconhece a receita de construção na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como ativo financeiro, pois a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa da concedente pelos serviços de construção prestados. A Companhia estima que o valor justo da contraprestação de seus ativos financeiros relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais gross up do pis e cofins. b) Receita de ativo financeiro: A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato de concessão, levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio contratual aos recebíveis das obras que ocorrerão até o final da concessão, considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. A taxa de desconto utilizada é de 11,85%. c) Receita de serviços de operação: A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão, quando (i) identifica as diferentes obrigações do contrato; (ii) determina o preço da transação; (iii) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (iv) satisfaz todas as obrigações de desempenho. A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares e pelo tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pela CASAL.

3.2. Composição	2023	2022
Serviços	31.735	28.691
Ativo financeiro	54.812	88.945
Construção	1.173	1.639
Receita operacional bruta	**87.720**	**119.275**
Impostos sobre os serviços prestados	(8.541)	(11.955)
Deduções	**(8.541)**	**(11.955)**
Total	**79.179**	**107.320**

4. Custos e despesas

Natureza dos custos e despesas	2023	2022
Custo de construção	(8.694)	(11.087)
Depreciação e amortização	(580)	(516)
Serviços de terceiros	(4.397)	(4.319)
Pessoal	(12.507)	(12.405)
Taxas de fiscalização	(292)	(524)
Energia elétrica	(1.080)	(889)
Materiais	(1.927)	(2.202)
Outros custos e despesas	(1.349)	(254)
Total	**(30.826)**	**(32.196)**
Custo dos serviços prestados	(22.250)	(23.885)
Despesas administrativas e gerais	(8.576)	(8.311)

5. Resultado financeiro - 5.1. Política contábil: Compreendem principalmente os valores de juros sobre aplicações financeiras e despesas com juros sobre financiamentos que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

5.2. Composição	2023	2022
Receitas financeiras		
Ajuste de valor presente	189	154
Juros sobre aplicações financeiras	2.028	1.548
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	1	140
Outras receitas financeiras	40	115
Total	**2.258**	**1.957**
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(14.438)	(14.941)
Juros sobre arrendamento	(38)	(98)
Outras despesas financeiras	(143)	(138)
Total	**(14.619)**	**(15.177)**
Resultado financeiro	**(12.361)**	**(13.220)**

6. Imposto de renda e contribuição social - 6.1. Política contábil: a) Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. c) Subvenções governamentais: A Companhia possui incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura, em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. **6.2. Composição:** Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social	Ativo 2023	Ativo 2022	Passivo 2023	Passivo 2022	Resultado 2023	Resultado 2022
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	-	1.042	-	-	(1.042)	(621)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	8.876	8.876	-	-	-	1
Ajuste a valor presente	2.402	2.466	-	-	(64)	(52)
Outras diferenças temporárias	195	271	-	-	(76)	18
Contas a receber – contratos de concessão	-	-	76.176	69.002	(7.174)	(18.874)
Perda de receita com obrigação do indicador de desempenho	-	-	22	-	(22)	-
Total	**11.473**	**12.655**	**76.198**	**69.002**	**(8.378)**	**(19.528)**
Compensação (*)	(11.473)	(12.655)	(11.473)	(12.655)	-	-
Total líquido	**-**	**-**	**64.725**	**56.347**	**(8.378)**	**(19.528)**

(*) Saldo de ativo e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação passiva, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **a.** Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva:

Reconciliação da taxa efetiva	2023	2022
Resultado do exercício antes dos impostos	35.976	61.920
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto à alíquota normal	**(12.232)**	**(21.053)**
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(62)	(62)
Subvenção governamental	2.780	983
Outros	338	226
Total de despesas com imposto de renda e contribuição social	**3.056**	**1.147**
Imposto corrente	(798)	(378)
Imposto diferido	(8.378)	(19.528)
Alíquota efetiva	**26%**	**32%**

7. Caixa e equivalentes de caixa - 7.1. Política contábil: O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

7.2. Composição	Taxa média de remuneração	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldos bancários		120	137
Certificado de depósito bancário	12,91% 2023 e 12,39% 2022	14.944	12.010
Total caixa e equivalentes de caixa		**15.064**	**12.147**

8. Depósitos bancários vinculados

Depósitos bancários vinculados	Taxa média de remuneração	2023	2022
Fundos de investimento	13,57% 2023 e 12,97% 2022	5.110	5.716
Total		**5.110**	**5.716**

Depósitos bancários vinculados referem-se a montante retido na Companhia para constituição de conta reserva do financiamento mantido junto à Caixa Econômica Federal equivalente às três parcelas mensais vincendas. Tais recursos retidos, quando desbloqueado ou se substituído por outra garantia, são destinados aos investimentos necessários para a melhoria ou manutenção do sistema adutor do Agreste e demais investimentos previstos no contrato de concessão.

9. Contas a receber e outros recebíveis - 9.1. Política contábil: Correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços e de construção no curso normal das atividades da Companhia. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são constituídas sobre o saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas, onde 100% dos títulos vencidos acima de 180 dias são reconhecidos como perdas e para as demais faixas de vencimento e a vencer é aplicado um percentual médio determinado com base no histórico de inadimplência de cada faixa. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais do acordo de arbitragem e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos.

9.2. Composição	Nota	2023	2022
Recebíveis de contratos de concessão		241	717
Direitos a faturar contratos de concessão		47.923	43.386
(-) Ajuste a valor presente		(7.064)	(7.253)
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		(26.106)	(26.106)
Circulante		12.636	8.088
Não circulante		2.358	2.656
Total		**14.994**	**10.744**
Ativo financeiro			
Ativo financeiro		353.094	341.949
Circulante		18.832	17.314
Não circulante		334.262	324.635

A taxa média de desconto do ajuste a valor presente sobre o montante de contas a receber é de 10,5% ao ano. A composição por vencimento dos recebíveis e direitos a faturar é como segue:

	2023	2022
A vencer	22.058	17.997
Acima de 360 dias	26.106	26.106
Total	**48.164**	**44.103**

10. Fornecedores e outras contas a pagar	Nota	2023	2022
Fornecedores diversos		3.615	3.874
Fornecedores - risco sacado (*)		35	127
Operações mensais - partes relacionadas	17	8	-
Total		**3.658**	**4.001**

(*) Não há alteração de prazos e condições de pagamento. A Companhia classificou os valores de risco sacado em linha específica no balanço patrimonial.

11. Empréstimos e financiamentos - 11.1. Política Contábil: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

11.2. Composição Linha de crédito	Indexador	Juros médios a.a. (%)	Vencimento	2023	2022
Contrato de financiamento e repasse - CEF	TR	10,47	2035	136.533	142.117
Cédula de crédito		11,75	2023	-	114
Cédula de crédito	IPCA	6,33	2023	-	1.023
Circulante				9.242	9.849
Não circulante				127.291	133.405
Total				**136.533**	**143.254**

11.3. Garantias: As principais garantias do financiamento FCP-SAN é o penhor de ações de emissão da Companhia, vinculação da receita da Companhia por meio da estrutura de contas especiais de garantias, penhor dos direitos creditórios e constituição de conta reserva equivalente a três prestações mensais vincendas (vide nota explicativa nº 8). **11.4. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants):** Os índices financeiros relativos ao cumprimento de cláusula contratual restritiva são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e suas subsidiarias e os respectivos agentes, tendo obrigação de atingimento em todo encerramento de exercício. A administração acompanha os cálculos desses índices periodicamente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava adimplente com as cláusulas de *covenants.* Os índices financeiros devem ser observados, conforme abaixo:

Companhia	Índices financeiros
Agreste Saneamento	Índice de cobertura do serviço da dívida ((EBITDA (-) Tributos pagos (-) Investimentos (+) Empréstimos (+) Aporte (+/-) Variação de Capital de Giro) / (Amortização do Principal + Pagamento de juros)) maior ou igual a 1,3; e Capital social maior ou igual a 20% dos investimentos financiados.

11.5. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Empréstimos e financiamentos
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**149.637**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Amortização do principal	(8.615)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**(8.615)**
Outras variações	
Provisão de juros	14.941
Pagamento de juros	(12.709)
Total de outras variações	**2.232**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**143.254**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Amortização do principal	(9.027)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**(9.027)**
Outras variações	
Provisão de juros	14.438
Pagamento de juros	(12.132)
Total de outras variações	**2.306**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**136.533**

12. Obrigações fiscais	2023	2022
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	29.996	28.561
Programa de Integração Social (PIS)	6.512	6.201
ISS / PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	60	91
Outros	74	216
Circulante	3.607	3.164
Não circulante	33.035	31.905
Total	**36.642**	**35.069**

13. Provisão para perdas em causas judiciais - 13.1. Política contábil: As provisões para as perdas decorrentes de litígios classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, já as contingências relativas a litígios cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nessa nota explicativa. A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a mensuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

13.2. Composição	Cíveis	Trabalhista	Total
Saldo em 1º janeiro de 2022	**256**	**-**	**256**
Adições	-	30	30
Baixas/reversões	(256)	-	(256)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**	**30**	**30**
Adições	-	40	40
Baixas/reversões	-	(30)	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**40**	**40**

As contingências passivas não registradas nas demonstrações financeiras são de natureza cível e trabalhista, avaliadas, com apoio de assessores jurídicos como sendo de risco possível e montam na Companhia uma estimativa de R$14.640 em 31 de dezembro de 2023 (R$11.143 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo descrevemos o processo relevante avaliado como sendo de risco possível: Processo 0704009-60.2017.8.02.0058 - Ação contra a Companhia requerendo indenização relativa à área onde está implantada uma estação de tratamento de água ("ETA") operada pela Concessionária. O autor alega que arrematou um imóvel na Justiça do Trabalho e, ao tomar a posse do bem, verificou que nele estaria a ETA. A Companhia comprova que a ETA foi instalada anos antes da arrematação do autor em área da CARHP (Companhia Alagoas de Recursos Humanos e Patrimoniais), devidamente desapropriada pelo Estado de Alagoas. A Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, avalia o prognóstico de perda como possível. Estimativa do valor a ser indenizado em hipótese de insucesso da tese da empresa: R$ 5.348 (R$ 5.348 em 31 de dezembro de 2022).

14. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R$44.721, representado por 44.720.746 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2022), pertencentes aos seguintes acionistas:

	2023	2022
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

b) Reservas de lucros

	2023	2022
Reserva legal	8.944	8.944
Reserva de Incentivos fiscais	18.328	12.011
Reserva especial de dividendos	-	21.007
Reserva de retenção de lucros	60.631	53.548
Total	**87.903**	**95.510**

Reserva legal: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Reserva de incentivos fiscais: A Companhia possui uma redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, pelo prazo de 10 anos a contar de 2021. Em contrapartida, a Companhia não poderá distribuir aos acionistas, o valor do imposto que deixar de ser pago. O montante dos incentivos é reconhecido no resultado, pelo regime de competência, e mantido em reserva de incentivos fiscais que somente poderão ser utilizadas para absorção de prejuízos ou aumento de capital social. Reserva de retenção de lucros: É destinada à aplicação em investimentos ou para futuras distribuições de dividendos previstas conforme Plano de Negócio aprovado em Assembleia Geral. c) Dividendos: O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente, a Companhia segue o que determina o art. 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato de financiamento firmado com o banco Caixa Econômica Federal - CEF e, dentre estas obrigações, não poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização do contrato sem prévia anuência da CEF, estando autorizada desde já a efetuar a distribuição dos referidos recursos, uma vez que o índice de cobertura de serviço da dívida – ICSD foi atendido para os exercícios de 2023 e 2022. A Companhia atribuiu dividendos conforme abaixo:

Saldos em 1 de janeiro de 2022	**7.522**
Pagamento juros sobre capital próprio	(5.999)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.523**
Pagamento de dividendos	(9.000)
Dividendos mínimos obrigatórios - (50% lucro ajustado)	13.400
Destinação reserva especial de dividendos	21.007
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**26.930**
d) Proposta de destinação do resultado	**2023**
Lucro líquido do exercício	26.800
(-) Constituição de reserva de incentivos fiscais	(2.780)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - (50% do lucro ajustado)	(13.400)
(-) Retenção de lucros	(10.620)
Saldo	**-**

15. Gerenciamento de capital: A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2023	2022
Total do passivo	272.278	244.306
(-) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados	(20.174)	(17.863)
(=) Dívida líquida (A)	252.104	226.443
Total do patrimônio líquido (B)	132.624	140.231
Índice de alavancagem (A/B)	**1,90**	**1,61**

16. Instrumentos financeiros - 16.1. Categoria dos instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial. São mensurados ao custo amortizado os instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos financeiros que têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício. b) Passivos financeiros: A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. As variações desses passivos, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de "receitas (despesas) financeiras". A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio do resultado segue a seguinte hierarquia de mensuração: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis). A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2 e não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2023.

	Nota	Valor justo por meio do resultado (nível 2) 2023	2022	Ativo mensurado ao custo amortizado 2023	2022	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado 2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	14.944	12.010	120	137	-	-
Depósitos bancários vinculados	8	5.110	5.716	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	9	-	-	14.994	10.744	-	-
Ativo financeiro	9	-	-	353.094	341.949	-	-
Ativos financeiros		**20.054**	**17.726**	**368.208**	**352.830**	**-**	**-**
Fornecedores e outras contas a pagar	10	-	-	-	-	3.658	4.001
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	-	-	136.533	143.254
Passivo de arrendamento		-	-	-	-	450	476
Passivos financeiros		**-**	**-**	**-**	**-**	**140.641**	**147.731**

16.2. Fatores de riscos financeiros: A Companhia possui exposição a riscos de crédito, liquidez e mercado, resultantes de instrumentos financeiros. *i) Estrutura do gerenciamento de risco:* A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. ii) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. *Contas a receber e outros recebíveis*: A Companhia possui o fator mitigante do risco de crédito de cliente que é o contrato de Parceria Público Privada com a CASAL, para o qual foi instituída conta vinculada entre o poder concedente e a Caixa Econômica Federal (CEF). Trata-se de uma conta arrecadadora onde todo o recebimento da Companhia é centralizado. Mensalmente, até o 5º dia útil a Companhia comunica à CEF, o valor da contraprestação pecuniária a ser recebida, na hipótese de controversa ao valor da contraprestação. Mediante primeiro termo aditivo ao contrato de concessão, o pagamento da contraprestação plena prevista para iniciar no 25º mês de vigência do contrato de concessão foi postergado para o 32º mês, sendo as diferenças de fluxo de caixa diluídas nas contraprestações futuras. A Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL não vinha realizando a liquidação da contraprestação plena e desta forma, o segundo termo aditivo firmado em 27 de março de 2017, determinou que as questões relativas aos valores a serem recebidos do 25º ao 42º mês do contrato estarão suspensas até a conclusão dos procedimentos arbitrais pertinentes a esta oposição de interesses, bem como determinou que a contraprestação pecuniária plena será devida a partir do 60º mês do contrato, com incremento na contraprestação à partir 63º mês do contrato relativo ao capex adicional. Eventuais diferenças de recebimento ocorridas entre o 43º e 59º mês em virtude do reequilíbrio financeiro ocorrido, serão diluídas nas contraprestações futuras a partir do 60º mês. *Caixa e equivalentes de caixa*: O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha. *Exposição a riscos de crédito*: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, como segue abaixo:

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	15.064	12.147
Depósitos bancários vinculados	8	5.110	5.716
Contas a receber e outros recebíveis	9	14.994	10.744
Ativo financeiro	9	353.094	341.949
Circulante		46.532	37.549
Não circulante		341.730	333.007
Total		**388.262**	**370.556**

iii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2023	2022
Financiamentos	11	136.533	143.254
Passivo de arrendamento		450	476
Fornecedores e outras contas a pagar	10	3.658	4.001
Circulante		13.259	14.152
Não circulante		127.382	133.579
Total		**140.641**	**147.731**

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 138 meses
Empréstimos e financiamentos	136.533	211.874	19.931	19.696	19.447	19.183	18.902	114.715
Fornecedores	3.658	3.658	3.658	-	-	-	-	-
Total	**140.191**	**215.532**	**23.589**	**19.696**	**19.447**	**19.183**	**18.902**	**114.715**

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 150 meses
Empréstimos e financiamentos	143.254	229.200	20.981	19.587	19.357	19.112	18.852	131.311
Fornecedores	4.001	4.001	4.001	-	-	-	-	-
Total	**147.255**	**233.201**	**24.982**	**19.587**	**19.357**	**19.112**	**18.852**	**131.311**

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes. iv) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. *Risco de taxa de juros*: As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPCA e TR. *Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável*: Com base no saldo dos recebíveis de contratos de concessão, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação e depreciação das taxas

Instrumentos - reapresentado	Exposição em 2022	Risco	Provável %	Provável Valor	Apreciação das taxas: Variação do índice em 25% %	Valor	Apreciação: Variação do índice em 50% %	Valor	Depreciação das taxas: Variação do índice em 25% %	Valor	Depreciação: Variação do índice em 50% %	Valor
Ativos financeiros												
Aplicações financeiras	14.944	CDI	9,94	1.485	12,43	1.858	14,91	2.228	7,45	1.113	4,97	743
Depósitos bancários vinculados	5.110	CDI	10,45	534	13,06	667	15,68	801	7,84	401	5,22	267
Recebíveis de contratos de concessão	48.164	IPCA	3,50	1.686	4,38	2.110	5,25	2.529	2,62	1.262	1,75	843
Ativo financeiro	353.094	IPCA	3,50	12.358	4,38	15.466	5,25	18.537	2,62	9.251	1,75	6.179
Total	**421.312**		**16.063**		**20.101**		**24.095**		**12.027**		**8.032**	
Passivos financeiros												
FCP - SAN	(136.533)	TR	0,63	(860)	0,79	(1.079)	0,95	(1.297)	0,47	(643)	0,31	(424)
Total	**(136.533)**			**(860)**		**(1.079)**		**(1.297)**		**(643)**		**(424)**
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos	**284.779**			**15.203**		**19.022**		**22.798**		**11.384**		**7.608**
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						**3.819**		**7.595**		**(3.819)**		**(7.595)**

Fontes: as informações das taxas foram extraídas das seguintes fontes: IPCA, CDI e TR - B3, projeção para os próximos doze meses.

17. Partes relacionadas - 17.1. Política: As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e seus acionistas e outras companhias ligadas do mesmo grupo econômico e seguem os termos e condições pactuados entre as partes, os quais são monitorados pelos órgãos de governança para assegurar equilíbrio econômico das transações. **17.2. Composição:** a) Remuneração de pessoal-chave da Administração: A Companhia obtém serviços de pessoal-chave da administração diretamente de sua Controladora e não há valores incorridos pela Companhia por esses serviços. b) Transações com partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados, são demonstrados a seguir:

		Passivo 2023	Passivo 2022	Resultado 2023	Resultado 2022
Em contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos		(Nota 9)			
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	-	(2.160)	(2.306)
Repasse de recursos e custos - CSC	(b)	8	-	(134)	85
Circulante		8	-	-	-
Total		**8**	**-**	**(2.294)**	**(2.221)**

(a) Repasse com gastos alocados temporariamente entre as partes relacionadas para prestação de serviços administrativos (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiros), cuja mensuração é efetuada mediante rateio. (b) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada entre as partes.

18. Seguros: A Companhia tem cobertura de seguros contra riscos operacionais em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

19. Compromissos: Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão: A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

20. Transações não envolvendo caixa: Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	2023	2022
Aquisição de imobilizado a prazo	1.621	-
Total	**1.621**	**-**

Composição da Diretoria

Diretoria

Angela Cristina Lins da Silva | **Marcello Cardoso Silva Almeida**

Contador - Thiago Araujo Barner - CRC/SP nº 1MG-103727/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Agreste Saneamento S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Agreste Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agreste Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos -** *Valores correspondentes:* As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 5 de abril de 2024, sem ressalva. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 5 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8

Leandro F. S. Francisco - Contador - CRC nº 1 SP 289655/O-0

ASSINADO POR
sDoc
COOPERATIVA DE PRODUCAO E TRA
PJ
CNPJ 08951056000133
ACT-Safeweb 08/04/2024 22:42:08